

Mudar sem resolver

A SAÚDE é uma coisa só e apenas um órgão deve cuidar dela. Essa tese, que aparentemente dispensa outros argumentos, fundamenta a intenção de se transferirem os serviços médicos da Previdência Social para o Ministério da Saúde.

O PROJETO está em início de gestação e tem quase um ano pela frente antes de ser levado pelos dois ministros interessados ao Presidente da República. De qualquer forma, lembra o Ministro da Previdência, a unificação, agora, representaria apenas uma transferência de problemas.

MAS, QUEM sabe, ela também não seria, a qualquer tempo, a criação de problemas?

ESTÃO EM CAUSA três tarefas distintas: a formulação de uma política nacional de saúde e a fiscalização de sua execução; a assistência médica, financiada, em partes iguais (pelo menos em tese), pela União e por contribuições de trabalhadores e empregadores; e um sistema de aposentadorias, pensões e outros auxílios sociais, com a mesma fonte de recursos.

A PRIMEIRA está sendo desempenhada, sem problemas estruturais aparentes, pelo Ministério da Saúde. As duas outras estão no Ministério da Previdência, am-

bas imersas na terrível crise que se conhece.

O PLANO, portanto, será o de tornar a assistência médica previdenciária viável, através de injeção de recursos, e passá-la para a esfera do Ministro da Saúde. A solução é, pelo menos, altamente discutível. Aceita-se como evidente que assistência médica e seguro social são áreas distintas. Mas a função de cuidar da política de saúde pública do País também é distinta da de gerir hospitais e postos de saúde.

É SEMPRE possível acumular tarefas — não seria a primeira vez no Brasil que se tentaria resolver problemas redesenhando organogramas —, mas daí não advém, automaticamente, uma solução.

A TRANSFERÊNCIA não resolveria a questão da falta de recursos: o Governo federal não se divide em ministérios "ricos" que possam assumir atribuições de pastas "pobres", como famílias abastadas que abrigam parentes necessitados.

PIOR, seria um passe de mágica que ajudaria a ocultar aquilo que até hoje está na manga do prestidigitador — o fato de que faltam recursos à Previdência porque ela obedece à estratégia suicida de prometer o que não pode

(e em muitos casos não sabe) dar.

E NEM se pode garantir que na esfera do Ministério da Saúde os serviços previdenciários passarão a ser mais bem administrados. A transferência não inclui apenas uma passagem de atribuições, mas também a mudança, com armas, vícios e bagagens, de toda uma estrutura burocrática, com todos os seus funcionários. O que funciona mal de um lado não começará miraculosamente a funcionar bem do outro, apenas modificando-se o cabeçalho dos formulários.

O QUE O PAÍS precisa, nesse vasto campo, é atingir alguns objetivos de fácil formulação: 1. uma estrutura integrada de medicina preventiva e curativa, nela se articulando os sistemas federais, estaduais e municipais, que dê assistência gratuita a quem não pode pagar, e apenas a esses; 2. uma estrutura de seguro social que tenha a sensatez de adequar benefícios a disponibilidades; e 3. a limitação de todas as iniciativas do Estado àquelas que a iniciativa privada não possa executar com maior eficiência e menor custo.

RESTA SABER qual dessas metas pode ser atendida, ainda que parcialmente, pela simples transferência de responsabilidades entre dois Ministérios.